

### *Editorial*

A *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, em seu volume 28, número 56, apresenta ao público acadêmico mais uma edição composta por artigos científicos submetidos em fluxo contínuo, reafirmando seu compromisso com a difusão de pesquisas jurídicas plurais, críticas e metodologicamente consistentes.

A presente edição distingue-se pela diversidade temática que caracteriza os artigos organizados sob essa modalidade editorial, reunindo contribuições que transitam por distintos campos do saber jurídico e dialogam com múltiplos referenciais teóricos. Essa pluralidade reflete a complexidade do fenômeno jurídico contemporâneo e a constante renovação dos desafios enfrentados pela teoria e pela prática do Direito. Trata-se, portanto, de um conjunto de trabalhos que dialoga com questões centrais da teoria e da prática jurídicas, evidenciando a constante renovação dos debates e a capacidade do Direito de se reconfigurar diante de desafios sociais, políticos e tecnológicos em permanente transformação.

Nesse contexto, a pluralidade temática além de ampliar o alcance da revista, fortalece seu papel como espaço de interlocução entre diferentes perspectivas analíticas. Os artigos aqui publicados revelam o empenho de pesquisadoras e pesquisadores em desenvolver investigações consistentes, comprometidas com a qualidade metodológica e com a relevância dos problemas enfrentados.

No campo da teoria do direito e da hermenêutica jurídica, o artigo “Textura aberta, zona de penumbra e discricionariedade judicial: uma análise crítica à luz do teste da proporcionalidade”, de Anizio Pires Gavião Filho e José Francisco Dias da Costa Lyra, investiga os limites da atuação judicial diante da indeterminação normativa, propondo a utilização do teste da proporcionalidade como instrumento de racionalização decisória. Ainda nessa perspectiva, “Separação dos poderes e (in)determinação jurídica”, de Pablo Biondi, examina as tensões entre a estrutura institucional do Estado e a abertura interpretativa do Direito.

No âmbito da teoria política e constitucional, o artigo “Ideias de contenção de ataques à democracia: de Karl Loewenstein a Giovanni Capoccia”, de Luana Caroline da Silva Chaves e Airto Chaves Junior, analisa mecanismos de defesa da ordem democrática diante de ameaças autoritárias. Em diálogo com esse debate, “Democracia reflexiva e controle de constitucionalidade no século XXI: contributos à luz da teoria de Pierre Rosanvallon”, de Vinícius Zambiasi, Criziany Machado Felix Feijó e José Francisco Dias da Costa Lyra, propõe

uma releitura do controle de constitucionalidade à luz das transformações contemporâneas da democracia.

A discussão sobre justiça social e organização política também se faz presente em “O mérito em sociedades plurais: a perspectiva comunitarista de Sandel e Walzer”, de Marcio Renan Hamel, que problematiza a noção de mérito em contextos marcados pela diversidade de valores. De igual modo, “Federação como organização na teoria de Niklas Luhmann”, de Luís Antonio Zanotta Calçada e Janriê Rodrigues Reck, examina a estrutura federativa a partir de uma abordagem sistêmica.

No campo dos direitos fundamentais e das políticas públicas, o artigo “Desenvolvimento humano e capacidades: uma análise do acesso à saúde e à justiça nas decisões do Supremo Tribunal Federal”, de Anna Paula Bagetti Zeifert, Luiza Mello Fruet e Vitória Agnoletto, investiga a atuação do STF sob a perspectiva da teoria das capacidades. Já o trabalho “Limites ao exercício da liberdade religiosa”, de Lelio Maximino Lellis, discute as balizas jurídicas para o exercício desse direito fundamental em sociedades democráticas.

O número também contempla análises críticas de fenômenos sociais e históricos, como em “O higienismo social constituído em Santa Catarina como política urbana”, de Amanda Machado de Liz, Camila Damasceno de Andrade e Evaldo José Guerreiro Filho, que examina práticas de exclusão social sob o prisma das políticas urbanas. Em perspectiva igualmente crítica, “Colonialidade ambiental no Brasil: reflexões sobre sua conexão com os discursos das COP26, COP27 e COP28 e a promoção por justiça climática”, de Sabrina Stoll, Elenise Felzke Schonardie e Doglas Cesar Lucas, problematiza as relações entre meio ambiente, poder e desigualdade no cenário global contemporâneo.

Por fim, no contexto das transformações tecnológicas, o artigo “Novas tecnologias e o desvelar da criptoarte: o direito autoral em tempos de blockchain”, de Jordana Siteneski do Amaral e Salete Oro Boff, analisa os desafios impostos pelas novas formas de produção e circulação de bens digitais ao regime jurídico dos direitos autorais.

Ao reunir perspectivas teóricas, análises críticas e estudos aplicados, este número reafirma o papel da *Revista da Faculdade Mineira de Direito* como espaço qualificado de circulação do conhecimento jurídico. Promovendo o encontro entre distintas matrizes teóricas e campos de investigação, esta edição reafirma a vocação da *Revista da Faculdade Mineira de Direito* como ambiente de circulação de ideias, incentivo à produção científica e fortalecimento do diálogo acadêmico, contribuindo para a consolidação de um pensamento jurídico atento às transformações contemporâneas e comprometido com possíveis respostas qualificadas às complexidades do presente.

Em um contexto marcado por intensas transformações sociais, políticas e tecnológicas, os trabalhos aqui apresentados contribuem para o aprofundamento do debate jurídico e para a construção de respostas comprometidas com os valores democráticos e a efetividade dos direitos fundamentais. Esta edição propõe um exercício de leitura atento e reflexivo, capaz de identificar não apenas os argumentos expostos, mas também seus pressupostos, limites e implicações.

Registramos, por fim, que este número marca o encerramento de um ciclo editorial conduzido pela atual equipe. Ao longo desse período, buscamos contribuir para o fortalecimento da *Revista da Faculdade Mineira de Direito* como espaço plural, crítico e comprometido com a excelência acadêmica.

A partir do próximo volume, uma nova equipe editorial assumirá a condução do periódico, a quem desejamos êxito na continuidade e no aprimoramento deste trabalho. Manifestamos, ainda, nosso sincero agradecimento a todos os editores assistentes, autores e pareceristas que, com dedicação e rigor, tornaram possível a realização desta e das edições anteriores. Sem a colaboração de cada um, não seria possível manter o padrão de qualidade e a relevância científica que caracterizam este periódico.

**Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Moraes**

Editora da Revista da Faculdade Mineira de Direito